

RESENHAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**; a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004. 94 p.

Aurino José Góis*

A QUESTÃO DO SENTIDO apresenta-se, na atualidade, como problema central para compreender a crise de valores morais e éticos da sociedade hodierna. Os sociólogos Berger e Luckmann abordam, nesse ensaio, algumas perspectivas de análise dessa questão. Para esses autores, a crise de sentido está diretamente relacionada aos processos de modernização, pluralização e secularização, principalmente nas sociedades européias. Esses processos não mais permitiram percepções estáveis de sentido em grandes grupos da sociedade e sim, apenas, em pequenas comunidades – “comunidades vida”. A questão, no entanto, consiste em compreender como essas comunidades particulares inter-relacionam-se com os grandes campos funcionais da sociedade como economia, política e ciência. A resposta a essa questão faz parte de um projeto mais amplo implementado pela Fundação Bertelsmann denominado “orientação cultural”. Este projeto pretende apresentar respostas contundentes a três complexos de perguntas:

- Como é possível realizar o sentido tendo em vista opções pluralistas?
- Como as pessoas conservam uma identidade estável, considerando que o individualismo e o pluralismo são as condições básicas sob as quais as pessoas têm de estabelecer padrões para sua vida?
- Que sistema de valor orienta suas idéias de bom e mau? E que tipo de sociedade constituem as pessoas que têm padrões semelhantes de sentido e emitem julgamentos iguais de valor?

Perguntas instigantes que deram início a uma série de publicações com o volume intitulado *Orientierungsverlust – Zur Bindungskrise der modernen Gesellschaft* (A perda de orientação – a crise de coesão da sociedade moderna).

Um certo hermetismo será observado na análise argumentativa apresentada, provavelmente pelo estilo de escrita dos autores, ou mesmo pela complexidade do tema tratado, dificultando uma compreensão logo na primeira leitura. As sete seqüências temáticas do livro compõem a tessitura da argumentação dos autores a respeito da questão: “Modernidade/pluralismo e crise de sentido – qual necessidade básica em orientação deve ser satisfeita?”.

* Professor de Cultura Religiosa da PUC Minas. Mestre em Ciências Sociais.

O texto tem início com o tema dos “Fundamentos da significância da vida humana”. Esta significância, segundo os autores, encontra-se ameaçada com as transformações radicais das condições básicas da vida humana nos tempos modernos. Nesse contexto, as “instituições de sentido” exercem um papel fundamental, uma vez que possibilitam as inter-relações entre as subjetividades das consciências individuais e suas objetivações. O papel da educação é fundamental, nesse âmbito, impondo um determinado sentido de agir e da vida como regra óbvia de conduta de vida, que a todos obriga (p. 22).

“Significância nas relações sociais, coincidência de sentido e as condições gerais para o surgimento da crise de sentido” é o tema seguinte. Aqui, os autores procuram analisar as condições gerais para o surgimento da crise de sentido e a significância deste, nas relações sociais. Segundo eles, o indivíduo, imerso num contexto de “reservas de sentido objetivados”, “conservados” e “administrados” por instituições, assimila o sentido de seu agir e concomitantemente o entendimento de que lhe cabe responsabilidade sobre ele (p. 26).

“Modernidade e crise de sentido” – tema central do livro – será caracterizada pela situação em que se encontra o indivíduo moderno, vem a ser, aquela em que ele não encontra mais valores comuns, que determinam o agir nas diferentes áreas da vida, nem uma realidade única, idêntica para todos. Entretanto, para os autores, a religião, nesse contexto, permanece como um padrão significativo e abrangente, rico em conteúdo e sistematicamente estruturado de experiência e valores, a despeito de toda apologia da secularização – a ausência ou negação da religião no modo de ser do homem moderno. Para os autores, é questionável se este tipo de existência secular pode ser denominado como sendo novidade absoluta. É preciso, segundo eles, “encarar com ceticismo a equação modernidade/secularização” e a “desigrejização” não deve ser confundida com perda de religiosidade” (p. 48). Chamam a atenção os autores para que a tese da secularização fora da Europa e dos Estados Unidos é simplesmente descabida. A tese dos autores é de que o fator mais importante no surgimento de crises de sentido na sociedade e na vida do indivíduo não seja o pretense secularismo moderno, mas o moderno pluralismo, distinto dos “pluralismos” verificados até então, tanto por sua abrangência quanto por sua velocidade e pela capacidade ampla de relativização dos sistemas de valores e de interpretação. Todavia, a questão central para esses analistas sociais é compreender como as pessoas conseguem, de uma ou de outra forma, com ou sem religião, conduzir as suas vidas.

A “perda da auto-evidência” – consequência do pluralismo moderno – e os “Hábitos e crises de sentido” continuam a seqüência temática do livro. A auto-evidência consiste naquela vi-

são de mundo, em que o indivíduo se sente assegurado no modo de realização de sua existência pelas “instituições de sentido”. Uma vez que essas instituições não asseguram mais um sentido, mas se pulverizam, os indivíduos modernos encontram-se obrigados a decidirem por si mesmos. Nesse momento, instaura-se nas sociedades modernas a condição de “crise latente de sentido”, sendo esta crise o seu “caso normal”; o seu “hábito”.

“O trato social das crises de sentido: ilusões e possibilidades” e “Perspectivas” são as seqüências temáticas em que os autores retomam suas reflexões e apresentam suas conclusões e propostas. Para os autores, o pluralismo moderno é um pluralismo em que os muros protetores em torno às reservas de sentido de comunidades de vida (muro da lei) já não podem ser mantidos sem brechas. Isto levou à perda de auto-evidência em certos estratos de sentido que orientam a ação e a vida – motivo típico para a erupção de crises de sentido (p. 78). Se fosse possível prevenir as crises de sentido na sociedade moderna, seria necessário entender que a estrutura das sociedades modernas cria, além do bem-estar e de outras vantagens, também as condições para o surgimento de crises subjetivas e intersubjetivas de sentido. Um enfrentamento realista da questão seria o de compreender que as instituições intermediárias precisam ser apoiadas lá onde não encarnam atitudes “fundamentalistas”, mas onde apoiam os “pequenos mundos da vida” (p. 83).

RIBEIRO, Renato Janine. **A república**. São Paulo: Publifolha, 2001. 89p. (Folha Explica).

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo: Publifolha, 2002. 82p. (Folha Explica).

OS HORIZONTES DA DEMOCRACIA E DO REPUBLICANISMO

João Carlos Lino Gomes*

COMO EXPLICA O PRÓPRIO autor, estes são dois livros irmãos. Isto justifica esta nota bibliográfica que tentará articular, de forma breve, os temas trabalhados nas duas obras, já que elas dizem respeito a alguns problemas que têm sido constantemente repensados no ocidente. No século XX, face aos totalitarismos e a duas brutais guerras mundiais, os conceitos de democracia e de república mostraram que não estavam imunes à chamada crise da cultura ocidental que fez com que, principalmente a partir do século XIX, vários pensadores começassem a indicar que os con-

* Doutorando em Filosofia (Complutense de Madrid), Mestre em Filosofia (UFMG) e Prof. da PUC Minas, do ISICES e do Ista.

ceitos políticos e morais, que foram herdados da tradição que constituiu a cultura ocidental, ficaram desgastados, perderam substância e se tornaram em grande medida simples fachada. Os dois livros que ora resenhamos mostram como duas idéias aparentemente simples podem, com o correr do tempo, apresentar uma complexidade que nasce exatamente da suposição de que o sentido destas idéias é uma obviedade.

Mas crises não são estranhas ou incomuns à sociedade ocidental, embora tenhamos assistido a algumas que colocaram em xeque a própria idéia de ser humano que temos tentado constituir no ocidente. Para nós, do ponto de vista da filosofia, interessa-nos particularmente a chamada crise da razão moderna, que se instala no século XIX, e está diretamente ligada a ascensão da ciência e da tecnologia modernas e ao modelo de racionalidade a elas inerente. Recapitulemos um pouco esta ascensão. Na Grécia antiga, com o surgimento da filosofia, a razão passou a ser o fio condutor da chamada cultura ocidental, ou seja, os gregos inauguram uma fase na história humana a partir da qual não nos basta simplesmente viver, ter nossas crenças e nossos sentimentos. A partir do advento da filosofia, além de viver nossas vidas cotidianas nós passamos, enquanto seres culturais, a nos colocarmos na obrigação de justificar e explicar nossas vidas, crenças e sentimentos. Isto se apresenta em nossa cultura quando, além de crenças religiosas, nós inventamos teologias para entender estas crenças, quando, além de nos constituirmos como seres sexuados, inventamos uma sexologia para entender nossa sexualidade. É claro que antes da invenção da razão grega os seres humanos já eram *sapiens*, ou seja, inteligentes. A razão é uma forma específica de uso da inteligência com a qual não só nos apropriamos do mundo, construindo um certo tipo de cultura, mas podemos dar as razões desta apropriação. Pois bem, esta razão que nasce na Grécia foi definida como algo que deveria ter sempre um conteúdo moral, quer dizer, os gregos acreditavam que quanto mais nós pudessemos conhecer o mundo e a nós mesmos, mais próximos de uma estabilidade moral estaríamos. Esta crença foi adotada pela Idade Média cristã com o acréscimo de que este conhecimento do mundo e de si próprio pelo ser humano só teria sentido se o levasse, em última instância, a perceber no mundo os sinais do próprio Deus. Mas é o advento dos tempos modernos que nos interessa aqui. Esta modernidade que se inicia com o fim da hegemonia do universo medieval, no século XIV, começa a construir suas bases na Renascença e ganha imensa força com o advento da ciência moderna.

Muitos são os pilares sobre os quais foram construídos os tempos modernos, mas nos ateremos a dois: a ascensão da burguesia e a ciência moderna. A burguesia, como sabemos, tor-

nou-se, no seio da idade média, uma classe altamente revolucionária. Isto porque o burguês foi aquele que ajudou a implodir o horizonte cultural greco-medieval. Para começar, a burguesia fez do comércio não mais uma mera atividade para a sustentação da vida, como era comum, mas uma experiência constituidora do próprio ser humano, ou seja, a atividade comercial passou a ser uma forma de vida. Isto se deu porque a prática comercial burguesa fez com que este se descobrisse pouco a pouco como um indivíduo que com suas ações dá a si mesmo uma identidade. Não é necessário mais buscar se unir a um grupo para encontrar esta identidade. Pelo contrário, é o grupo que passa agora a depender das práticas individuais de seus membros para estabelecer um sentido para si mesmo. O comércio faz também com que o trabalho humano passe a ser valorizado como produtor de riquezas e de valores culturais. Antes desta valorização do trabalho, como se sabe, na Grécia antiga e no período medieval, o trabalho não era digno de ser executado por pessoas nobres.

Estas foram, então, algumas das contribuições da classe burguesa para a criação do universo simbólico moderno. Vejamos agora a contribuição da ciência moderna. Esta, como sabemos, tem na física de Galileu Galilei seu exemplo máximo. Mas em que constitui sua contribuição para os tempos modernos? Vamos nos ater basicamente a uma: a física vigente da Grécia até a Idade Média era a do filósofo grego Aristóteles. Este pensador partia do princípio de que a natureza tinha alma e vontade, e o nosso relacionamento com ela deveria levar isto em consideração. Para Aristóteles, por exemplo, quando atiramos uma pedra para cima ela cai porque cada coisa tem no mundo o seu lugar natural e quando são retiradas deste querem voltar para ele. Hoje sabemos que isto ocorre em função da gravidade mas esta explicação aristotélica satisfaz o mundo durante, no mínimo, mil anos. Pois bem, por mais estranha que nos pareça hoje a visão de Aristóteles, uma coisa é certa: quando os gregos pensavam que a natureza tinha alma e os medievais a viam como produção divina, havia um certo respeito do ser humano pelo mundo natural e a exploração deste se dava, de certa forma, dentro de critérios de ordem moral. Galileu dilui este mundo aristotélico-medieval na medida em que determina que a natureza não é um organismo com uma alma mas uma máquina fechada. Na impossibilidade de abrir esta máquina para compreendê-la, resta ao físico moderno olhá-la de fora e criar modelos teóricos para explicar o que se passa no interior da máquina. O físico moderno passa a trabalhar, então, não com a natureza concreta que experimentamos cotidianamente, mas com uma recriação desta feita exclusivamente por sua mente pensante. O que importa não é mais a água concreta que bebemos mas o H₂O que é a fórmula químico-matemática da água. Desta forma, podendo

recriar a natureza na esfera do pensamento, a física moderna fez com que o ser humano se colocasse no lugar do próprio Deus ao dar ao indivíduo um imenso poder de intervenção e manipulação do mundo. Ora, nem a valorização do comércio por parte da burguesia (comércio que foi pouco a pouco dando origem ao que chamamos economia de mercado) e nem o domínio da natureza facultado pela ciência moderna tiveram como objetivo prejudicar a vida humana. Pelo contrário, é patente a importância do progresso científico-material do ocidente com o consequente aumento da riqueza das nações e a melhoria da qualidade de vida. Mas com o advento da revolução industrial as coisas começaram a se complicar. Um grande número de pessoas acorreu dos campos para as cidades com o objetivo de trabalhar nas fábricas. Parte desta população era absorvida na indústria nascente, mas outra parte ficava fora, criando o chamado exército industrial de reserva ou simplesmente miseráveis sem expectativa de vida. Dentro das próprias fábricas, o mundo não era melhor, dadas as desumanas condições de trabalho e a ausência de direitos no que dizia respeito ao trabalhador. Começou, então, um grande questionamento no ocidente: onde estava afinal aquele bem-estar para todos, aquela vida feliz e emancipada prometida no início dos tempos modernos? Percebeu-se que esta vida, embora prometida para todos, só dizia respeito aos donos do capital. Estes sim usaram sua liberdade e razão para vencer na dura competição do cotidiano. Os outros fracassaram e só lhes restava servir. Não é necessário citar o sem número de revoltas populares suscitadas por esta descoberta e nem o grande número de teorias sociais que analisaram estes eventos. O fato é que o ocidente a partir daí se descobriu diante de um dilema: a razão construída na modernidade conseguiu se mostrar extremamente eficaz quanto ao domínio da natureza e a produção de bens, mas não conseguiu encaminhar respostas para questões acerca da felicidade humana e para a organização de um mundo moral que elevasse todos os seres humanos ao patamar de seres dotados de direitos que deveriam ser reconhecidos diante da lei e da moralidade.

É nesta busca do reconhecimento diante da lei e da moralidade que república e democracia aparecem como dois conceitos fundamentais. Filhas da chamada civilização da razão, estes dois conceitos – como nos mostra Janine Ribeiro – nascem na antiguidade e têm uma longa e complexa trajetória no ocidente. República vem de *res publica* (coisa pública) e nasce da experiência romana onde se pergunta para que o poder é exercido. Neste sentido, está em jogo a idéia de que este não se exerce em favor de interesses privados mas, sim, do interesse público. Janine nos mostra que, sendo assim, o exercício do poder pode estar até mesmo nas mãos de um monarca, mas, desde que ele não

governe em favor dos seus interesses, teremos um governo republicano. Já um certo governo pode se constituir como democrático (com alternância no poder, sufrágio universal etc. e não ter nenhum respeito pela coisa pública, permitindo, por exemplo, o uso indevido do dinheiro público, a privatização do Estado por certos grupos etc.).

Sob este ponto de vista, a corrupção é um dos piores males que pode atingir uma república. É claro que corruptos também existem em outros regimes, mas sua prática atinge a própria essência do ideal republicano e o mina em suas próprias bases. Mesmo a república moderna, que apresenta algumas diferenças com relação à romana e se forma junto com a ascensão do individualismo burguês, preserva a idéia do respeito à coisa pública como seu modo de ser. Como afirma Janine:

A república está associada ao direito. A modernidade em política constrói duas grandes obras. Uma é a democracia. A outra, mais antiga, avançando desde a Renascença, é o Estado de direito – ou seja, a idéia de obedecer à lei e não ao arbítrio do poderoso. Em tese, o Estado de direito não precisa ser democrático. Uma aristocracia de magistrados honestos poderia aplicar imparcialmente a lei. É o que se chama o império da lei, *rule of law*. Mas essa consagração da lei acima dos interesses particulares já significa que ela é coisa pública e não privada. Há aí o princípio republicano da prioridade conferida à res pública. (**A república**, p. 65)

Mas o autor chama a atenção para o fato de que a promoção da coisa pública pressupõe que o público tome conta dela e não apenas colha o seu benefício. Confiá-la ao discernimento moral de alguns não é boa idéia e nem espelha um verdadeiro sentimento republicano. Tomar conta da república é possível, na modernidade, sem que as pessoas deixem de lutar por seus interesses privados, pois esta luta não deve significar necessariamente a ganância e o desrespeito total à figura do outro. Pelo contrário, o respeito ao bem comum constitui um excelente pano de fundo para que os conflitos, que existem em todas as sociedades, possam se dar sem colocar em risco a existência das instituições republicanas.

Este risco diminui quando a república está associada a uma verdadeira democracia. Mostrando a origem grega da palavra (*demos*, povo; *kratos*, poder), Janine discorre sobre as vantagens, vicissitudes e mudanças de conteúdo de um regime que hoje é uma referência (mesmo que muitas vezes ideal) para as experiências políticas contemporâneas. Mesmo as piores ditaduras tentam vender a imagem de que buscam a democracia e algumas até sustentaram a palavra como parte dos seus nomes. É curioso notar, e o autor o faz, que até a primeira guerra mundial, a palavra democracia, entendida como um poder que ema-

na do povo, era considerada pejorativa diante de governos que em sua maioria estavam nas mãos de monarcas.

Mas a democracia, tal como a república, também não passou ilesa pelas crises que o ocidente viveu e que já comentamos aqui. Nascida na Grécia como democracia direta, com a participação efetiva do cidadão na praça pública, ela desaparece do ocidente por longos séculos e ressurge na modernidade ocidental como democracia representativa num contexto de sociedades que se tornam cada vez mais complexas, vivem o crescimento de uma economia de mercado e a valorização cada vez maior da idéia de indivíduo.

Para mostrar a complexidade da democracia moderna, Janine nos mostra que a idéia de democracia não traduz uma unidade perfeita. Podemos ter, por exemplo, a democracia da unanimidade e a da diferença. Sobre a primeira, Janine escreve:

A democracia tem como seu ideal a unanimidade nos momentos de revolução – quando um regime se tornou tão insuportável, tão insustentável, que, acredita-se, todos ou quase todos se irmanam no repúdio a ele. Seria o caso da Revolução Francesa em seus primórdios, da Revolução Húngara de 1956, do movimento brasileiro das Diretas-Já, em 1984, e das revoluções de veludo, que derrubaram o comunismo na Europa oriental em 1989. (**A democracia**, p. 56)

Sobre o outro tipo de democracia, o autor afirma:

A democracia da diferença é outra coisa. Seu eixo é o respeito ao outro como diferente, em seu modo de ser e em suas escolhas. Por isso não vê a unanimidade como possível – nem desejável. Valoriza os direitos humanos, mas insiste em que expressem o direito a escolhas diferenciadas. Assim, o direito à educação não é o direito a uma educação determinada, ainda que ótima, mas o direito da pessoa a escolher a educação (ou a saúde, transporte, moradia) de sua preferência. Não é o direito de todos à mesma educação, mas o direito de cada um a diferenciar sua educação, a escolher seus conteúdos. Em cada caso, quem decide deve ser o sujeito individual. Mas note-se que o acento não está no individualismo, e sim na escolha. (**A democracia**, p. 56-57)

Posteriormente o autor distingue a democracia como procedimento, onde se frisa o conjunto de procedimentos que permite resolver de forma mais eficaz os conflitos dentro de um certo grupo, da democracia como valor, onde a idéia de democracia é ampliada para além da arena política e se aplica aos outros campos de uma sociedade. Neste momento, podemos falar de relações democráticas e estas podem ser as relações no meio familiar, no espaço do trabalho etc.

Seja como for, como já afirmamos neste texto, o autor advoga a conjugação da experiência democrática com a republicana na esperança de que as duas possam efetivamente alargar os horizontes do humano.

SUNG, Jung Mo. **Sementes de esperança**. A fé em um mundo em crise. Petrópolis: Vozes, 2005. 120p.

Flávio Senra*

SEMENTES DE ESPERANÇA É o título da nova coletânea de artigos publicados pelo teólogo Jung Mo Sung entre 1999 e 2004. Esta compilação, em seu conjunto, reflete o desafio de pensar e alimentar a esperança em um tempo de crise. Quando se compreende o tempo da crise como consequência de uma cultura de mercado, a esperança, como tal, está sediada na possibilidade de resistência à sedução do consumismo ou ao conformismo diante das chamadas propostas superficiais ou cínicas do mercado de bens simbólicos.

O primeiro capítulo reflete “a crise do cristianismo e a crise do mundo”. Para o autor, o cristianismo se encontra entre o desejo de ver aumentado o número de fiéis e a necessidade de ser fiel ao evangelho. Segundo Mo Sung, este é “um dos nós centrais do drama que é a história do cristianismo” (p. 19). O cristianismo deve pensar sua crise interna e as graves questões que afetam o mundo na relação com outras religiões. Crises sociais, políticas e ecológicas em nível global demandam respostas que superem âmbitos nacionais ou regionais. Nestes termos, o cristianismo deve ser capaz de determinar os “problemas fundamentais que possam ser catalisadores de diálogos e cooperações entre as religiões e também entre outros grupos não religiosos” (p. 22) e elaborar uma “formulação da contribuição específica do cristianismo neste diálogo” (idem). Além disso, destaca o teólogo, cabe ao cristianismo contribuir para a superação da crise civilizacional.

“Testemunhas de uma esperança escandalosa” é o título do segundo capítulo de **Sementes de esperança**. A identidade do cristão é tratada como testemunho da fé na ressurreição do “condenado pelo Templo e pelo Império” (p. 27). A crença na ressurreição de um derrotado é o “escândalo” e a “loucura” da fé cristã, afirma o autor baseado em 1Cor 1,21-25 (cf. p. 27). No sistema neoliberal a lógica do poder se revela na idolatria do mercado. O antídoto a esta realidade, base fundamental da esperança dos pobres, os excluídos do sistema de consumo, está na compreensão de que “nenhuma realidade humana é eterna e absoluta (...) o novo ainda pode e vai nascer” (p. 31). Segundo a lógica do mercado, ser escolhido por Deus equivale à “melhora na capacidade de consumo” (p. 35). Voltando à tese da ressurreição do marginalizado Jesus de Nazaré, experiência central da fé cristã,

* Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião e Prof. do Departamento de Filosofia e Teologia da PUC Minas. Doutor em Filosofia (UCM, 2004).

Jung Mo Sung conclui este capítulo afirmando a necessidade imperativa do anúncio de valores que são antagônicos ao modelo de mercado e à lógica do consumo: a vitória de um derrotado.

Nesta mesma direção, o capítulo terceiro aprofunda “O Messias derrotado e a libertação”. Discutindo as perspectivas de Moltmann e Comblin, sobre o tema do messianismo, o autor se decanta pelo segundo na crítica do cristianismo como messianismo. O messianismo cristão não deve ser compreendido nos termos de um fim, na história, dos conflitos e contradições, a realização plena do Reino – uma sociedade perfeita. Rompendo estes paradigmas o ponto focal volta a ser o tema da ressurreição como acontecimento que revela “o sentido último da história humana” (p. 45). Esta afirmação conduz ao pensamento de que a história caminha rumo à harmonia e à plenitude. Portanto, contra a lógica sacrificial do mercado e das religiões, o negativo do mundo é sinal suficiente para compreender que a história está aberta e que há horizonte possível para a vida. O Deus derrotado, tema do último tópico deste capítulo, é a boa nova libertadora que identifica e “concilia” Deus com o sofredor.

“Economia e espiritualidade: por um outro mundo mais justo e sustentável” é o título do quarto capítulo de **Sementes de esperança**. Atento ao dever de anunciar as graves crises geradas pelo atual modelo de globalização econômica, como modelo “injusto e insustentável” (p. 53) o teólogo Jung Mo Sung analisa os pilares dessa afirmação. Cumpre denunciar a absolutização do mercado capitalista, a idolatria do mercado e o mito do progresso contidos neste modelo. Neste quadro, a “satisfação das necessidades dos pobres ocupa um lugar central” (p. 58), sejam as necessidades básicas ou as necessidades determinadas social e culturalmente (cf. p. 59). Por isso, a superação da crise atual passa pela assimilação da noção de sustentabilidade. Esta noção implica uma espiritualidade baseada na compreensão de que “só poderemos ter um mundo melhor se abdicarmos do projeto de construir um mundo *perfeito*” (p. 60).

Sob o título: “É obsceno, mas é bom ter algo que poucos têm! : a espiritualidade de consumo” o autor reflete, no quinto capítulo, sobre a irracionalidade do sistema de consumo. O juízo de valor sobre o bom está baseado no fato da exclusividade da posse e não na utilidade do possuído. O capítulo ajuda a compreender a função do desejo mimético, tema fundamental para o entendimento da sociedade capitalista. “Sociedades capitalistas são sociedades que se organizam exatamente em torno dessa confusão entre necessidades vitais e mercadorias objetos de desejo”, afirma o teólogo (p. 69). Ações diferentes, para as quais é preciso “Rever e mudar as pautas de prioridades” (p. 70) é um longo caminho para o que “as grandes religiões têm muito a contribuir” (p. 71), conclui.

O capítulo seis analisa o tema da “Sociedade de conhecimento, cultura mediática e revelação”. Na sociedade de consumo, “nem todo conhecimento se refere ou nos leva a uma vida ‘boa’, uma vida humanizada” (p. 75). Os recursos mediáticos têm usado seus meios para difundir uma cultura de consumo que se alimenta do caráter simbólico e encantador das mercadorias que, como tais, são apresentadas como portadoras de felicidade. Assim, a cultura de consumo/mediática “cumpre a função de direcionar os desejos dos membros da sociedade”. Atento a esta associação entre a cultura de consumo e a mídia, o autor destaca o papel do cristianismo na “retomada da noção de revelação como um processo de aprendizagem do aprender a ser humano” (p. 80).

A “Violência e a ação pastoral” é o tema do sétimo capítulo desta obra. O problema da violência já assume um caráter de onipresença em suas múltiplas formas de aparecer. Entretanto, entre os muitos modos de nomear e identificar a violência, o autor destaca a violência da exclusão social e da fome. Muitas vezes, recorda, este tema não tem sido apresentado como violência. Para discutir este equívoco, Jung Mo Sung analisa o tema da violência institucional. Numa economia de mercado, a exclusão social e a fome, embora um mal, estão legitimadas pela lógica do sistema e não são compreendidas como violência. Na batalha contra este modelo cultural de mercado, e sua lógica, o autor alerta para o problema da absolutização do mercado, seja em sua idolatrização ou em sua demonização. Nessa luta, o autor analisa os muitos equívocos na pretensa guerra do bem contra o mal, seja a partir de respostas violentas contra o sistema ou perspectivas românticas. Para Jung Mo Sung, as pistas de ação pastoral devem ter como referência um trabalho de “recuperação da auto-estima das pessoas desvinculadas da capacidade de consumo” (p. 96). Celebrações e práticas de esporte devem ser experimentadas como momentos de “catarse da agressividade e violência” (p. 97). Também destaca a importância de não se perder de vista as lutas sociais e políticas.

Para concluir a obra, o oitavo capítulo trata sobre “A rejeição da velhice e a negação da morte”. O ponto de partida é a invisibilidade da velhice para o modelo econômico neoliberal. Segundo o teólogo, a morte recorda um tabu em nossa sociedade contemporânea. O texto destaca o mascaramento e o ocultamento da morte. O ponto mais evidente, neste processo de negação, pode ser percebido no objetivo explícito, nos setores da tecnologia, de acabar com a própria morte. A rejeição da velhice na produção de um corpo artificial revela uma negação da condição humana mortal e finita. Nestes termos, conclui o teólogo: “A invisibilidade dos velhos é a ponta do *iceberg* da profunda crise espiritual que atinge a nova civilização” (p. 112). A constru-

ção de um mundo mais humano demanda uma reconciliação com a condição humana.

A obra, embora não tenha sido pensada como tal, em seus oito capítulos nos remete para os temas de um tempo crítico. O autor nos convida a reconhecer, por um lado, o meio no qual estão gestados os valores de uma época e uma cultura e, por outro lado, nos leva a identificar, sem recorrer a transmundos ou ascetismos, as **Sementes de esperança**.